

**RELATÓRIO
DE GESTÃO 2021**



Direção

António Sarmento Gomes Mota – Presidente

Duarte Maria de Almeida e Vasconcelos Calheiros – Vice-Presidente

Alexandre Cardoso Correia da Mota Pinto - Vogal

Clara Patrícia Costa Raposo - Vogal

Clementina Maria Dâmaso de Jesus Silva Barroso - Vogal

José Costa Pinto - Vogal

Vera Pinto Pereira - Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Daniel Proença de Carvalho – Presidente

Inês Maltez Fernandes – Secretária

Conselho Fiscal

Manuel Ramos de Sousa Sebastião – Presidente

Paulo Fernando Bandeira – Vogal

Pedro Miguel Mendes – Vogal



Conselho Geral

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa (Presidente)

Banco BIC Português, S.A. (representado por José de Azevedo Pereira)

Banco BPI, S.A.

Banco Comercial Português, S.A. (representado por Ana Isabel Pina Cabral)

Beatriz Pessoa de Araújo

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (representada por Paulo Macedo)

CTT - Correios de Portugal, S.A. (representados por Margarida Couto)

EDP – Energias de Portugal, S.A. (representada por Ana Paula G. de Pina Marques)

EDP Renováveis, S.A. (representada por Acácio Jaime Liberato Mota Piloto)

Esmeralda da Silva Santos Dourado

Galp Energia, S.A. (representada por Teresa Abecasis)

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento

Luís Fernando de Mira Amaral

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Manuel Maria Simões Nunes Agria

Maria Luísa Falcão Líbano Monteiro Antas

NOS, SGPS, S.A. (representada por António Lobo Xavier)

Novo Banco, S.A. (representado por Luísa Soares da Silva)

Pharol, SGPS S.A. (representada por Luís Maria Viana Palha da Silva)

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (representada por José Luís Arnaut)

Semapa, SGPS, S.A. (representada por Carlos Eduardo Coelho Alves)

Vítor Augusto Brinquete Bento



Senhores Associados

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a Direção submete à apreciação de V. Exas o Relatório de Gestão do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance relativo ao exercício de 2021 e as Contas respeitantes ao mesmo período.

1. Introdução

A crise pandémica ainda impactou significativamente a atividade do IPCG em 2021, nomeadamente no funcionamento remoto durante parte do ano das estruturas operacionais e na quase eliminação de eventos presenciais. Não obstante, foi possível manter o essencial das atividades do Instituto, nos três pilares que têm constituído o quadro de referência da atuação do IPCG, a saber, o Código de Governo das Sociedades, a ação formativa e a disseminação do conhecimento.

2. Código de Governo das Sociedades

No ano de 2021 os emitentes publicaram, pela terceira vez, os respetivos relatórios de governo societário no quadro da vigência do Código de Governo das Sociedades e, mais importante, fizeram-no já no quadro da versão revista em 2020 do Código. Assim, este ano de 2021 representou a consolidação do processo de monitorização do Código e já no contexto, como se referiu, da sua versão revista. Os resultados divulgados pela Comissão de Acompanhamento e Monitorização do Código (CAM) sintetizam bem o bom grau de acolhimento da grande maioria das recomendações, e evidenciam igualmente as áreas em que pode haver uma melhoria. Neste processo de monitorização continuaram a ser produzidos relatórios individuais para as entidades emitentes, que assim puderam dispor de um elemento importante de aferição para uma evolução futura do nível de cumprimento do código. Neste âmbito importa ainda sublinhar a manutenção de um diálogo muito aberto e construtivo com todas as entidades emitentes, que possibilitou múltiplos esclarecimentos recíprocos e aprofundando o clima de confiança sempre importante para o bom funcionamento e consolidação da implementação do código.

3. Ação formativa

A ação formativa do IPCG continuou muito centrada no Programa Avançado para Administradores não Executivos. Em 2021 optou-se por se passar a realizar



duas edições por ano (e não apenas uma edição anual), cada uma com um menor número de participantes (máximo de 18 participantes). A crise pandémica levou em 2020 a que se desdobrasse a turma prevista para edição do ano em duas turmas mais pequenas e concluiu-se que esta menor dimensão claramente potencia uma melhor interação entre docentes e participantes e também a uma maior proximidade entre esses mesmos participantes. Assim, decidiu-se manter o modelo, que tem ainda a vantagem de oferecer, em cada ano, duas datas alternativas de realização do programa. Registe-se, ainda, a continuação do aumento da percentagem dos participantes que se querem submeter à avaliação final do programa (análise e discussão individual de um caso integrador dos principais temas abordados no curso) sinalizando que este sistema de avaliação é, de per si, um elemento adicional de aprendizagem e consolidação de conhecimentos.

3. Disseminação do conhecimento

3.1. Conferências e seminários

O IPCG manteve uma regular atividade de organização webinars, nomeadamente:

- Webinar "Os modelos de organização societária: da visão jurídica à visão da gestão"
- Webinar "A visão e o papel dos stakeholders no futuro da empresa"
- Webinar "As transações com partes relacionadas e os conflitos de interesse na *Corporate governance*"
- Webinar "A dinâmica dos conselhos de administração e do *corporate governance*, o COVID e o pós-COVID: reflexões e desafios"
- Webinar Apresentação do "Relatório Anual de Monitorização, relativo a 2020, do Código de Governo das Sociedades"
- e-Conferência "Propósito Empresarial e Evolução do Governo das Sociedades" (em co-organização com a AEM e Governance Lab)

De igual modo se participou em diversas iniciativas de outras entidades, abordando temas relacionados com o governo societário.

Sublinhe-se, ainda a participação no lançamento do Livro "Manual de Gestão de Empresas Familiares: Uma Aproximação Integrada Empresa-Família" do associado Luís Todo Bom.

3.2. Bases de dados

Um outro domínio em que o IPCG tem procurado desenvolver uma presença ativa é na disponibilização de informação relevante sobre o governo das sociedades. Neste domínio avulta:

- a compilação de todos os relatórios de governo societário publicados pelas sociedades emitentes, desde 2018 (inclusive) no que se crê ser o mais completo repositório, a este nível, em Portugal;
- As versões atuais (em língua inglesa) dos códigos de governo societário de países de referência em matéria de *corporate governance*.

4. Relações institucionais

O IPCG manteve um diálogo permanente com as autoridades governamentais e de supervisão e em particular procurando responder sempre que foi consultado em matérias relacionadas com o governo societário. De igual modo se manteve um relacionamento próximo com a AEM e com a EURONEXT, visando contribuir para o desenvolvimento e dinamização do mercado de capitais nacional.

5. Relações com Associados

O IPCG procurou manter um diálogo muito ativo com todos os seus associados, coletivos e individuais, não só os convidando para participar em todas as iniciativas organizadas ou coorganizadas pelo IPCG, como ainda informando-os de várias iniciativas promovidas por outras entidades e que, tendo alguma ligação com as temáticas a que o IPCG está ligado, este se disponibiliza como um agente ativo das mesmas.

A nível do site do Instituto, já ficou totalmente operacional em 2021 a funcionalidade de, com toda a facilidade, se realizar a adesão online de novos associados bem como se alterar qualquer dado dos atuais associados.

6. Organização e recursos

Na sequência da crise pandémica e da experiência vivida ao longo de particularmente 9 meses de 2020, concluiu-se que deveria haver um esforço de

racionalização de meios para responder a uma conjuntura mais difícil e exigente. Assim, e no final de 2020, reduziu-se temporariamente de 2 para 1 pessoa o quadro de pessoal permanente (reposto em 2 já em 2022, mas com um perfil diferente de qualificações). Igualmente se diminuiu o espaço das instalações arrendadas que, a par com a renegociação do contrato, possibilitou uma razoável redução dos custos das instalações, sem perda de funcionalidade e de manutenção de uma sala de reunião para 12 pessoas. Finalmente, procedeu-se a uma generalizada revisão e renegociação de todos os contratos de prestações serviços de terceiros, com poupanças importantes.

7. Análise económica e financeira

Os rendimentos ascenderam a 257.357,50 EUR, o que representa um incremento de 20% relativamente aos rendimentos de 2020. Este aumento representa uma retoma do nível de atividade de formação, muito impactado em 2020 pela pandemia e também um ligeiro acréscimo no número de associados coletivos.

Em relação aos gastos sublinhe-se em particular a redução dos gastos com o pessoal decorrentes da diminuição de um colaborador, que como já se referiu, foi temporária, pois em 2022 já se contratou um novo colaborador.

A combinação do incremento de receitas e diminuição de gastos traduziu-se na obtenção de um resultado líquido de 64 532,57 EUR, bem mais elevado do que tem sido o padrão do Instituto, mas que tem uma natureza marcadamente conjuntural, sendo expectável que em 2022 se retome um nível bem mais próximo do registado nos anos anteriores.

A situação financeira do Instituto continua muito sólida e estável com disponibilidades na ordem dos 200.000 euros e que representa uma margem de segurança relevante para a prossecução dos seus objetivos. Importa sublinhar que este valor atingia cerca de 80.000 euros em dezembro de 2018, o que revela um avanço importante na criação de um quadro sólido de sustentabilidade do IPCG.

Nestes termos, propõe-se que o resultado líquido apurado, de 64 532,57 EUR, seja acrescido ao Fundo Social.

8. Agradecimentos

A Direção do IPCG agradece, reconhecidamente, o apoio que tem permanentemente recebido dos seus associados, coletivos e individuais.

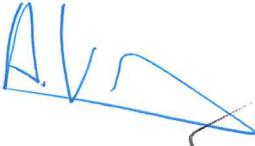
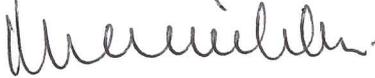
Foi também muito importante o apoio e orientação do Conselho Geral e do seu Presidente Pedro Rebelo de Sousa.

Uma palavra de muito apreço pelo irrepreensível relacionamento tido com o Conselho Fiscal e pela disponibilidade sempre demonstrada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral assim como pelo respetivo secretário da mesa.

Finalmente, um agradecimento, merecido, à dedicação e profissionalismo da Dra. Ana Rita Vieira da Silva, adjunta da Direção do IPCG.

Lisboa, 19 de maio de 2022

A Direção



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço em 31 de dezembro de 2021

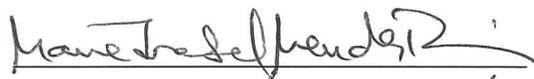
(em euros)

Rubrica	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 757,12	3 927,17
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros	5		187,24
Total ativo não corrente		2 757,12	4 114,41
Ativo corrente			
Créditos a receber	6	137,09	5 748,98
Estado e outros entes públicos	12		18,20
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	7	9 150,00	6 684,99
Diferimentos	8	9 500,51	12 333,18
Caixa e depósitos bancários	9	199 808,69	138 324,51
Total ativo corrente		218 596,29	163 109,86
Total ativo		221 353,41	167 224,27
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	10	125 192,59	109 344,94
Resultado líquido do período	10	64 532,57	15 847,65
Total fundos patrimoniais		189 725,16	125 192,59
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	123,96	1 354,34
Estado e outros entes públicos	12	10 795,29	3 082,15
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	7	105,00	1 160,00
Diferimentos	8	11 100,00	26 950,00
Outros passivos correntes	13	9 504,00	9 485,19
Total passivo corrente		31 628,25	42 031,68
Total passivo		31 628,25	42 031,68
Total fundos patrimoniais e passivo		221 353,41	167 224,27

Lisboa, 19 de maio de 2022

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 7939


**Demonstração dos resultados por naturezas para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

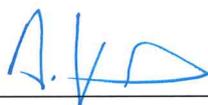
(em euros)

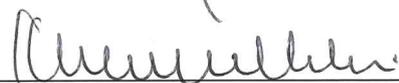
Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	17	257 357,50	214 435,00
Fornecimentos e serviços externos	15	(137 709,21)	(126 264,97)
Gastos com o pessoal	16	(35 535,37)	(58 195,32)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	7	(5 750,00)	600,00
Outros rendimentos	17	34,60	30,18
Outros gastos	18	(7 593,68)	(12 249,07)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		70 803,84	18 355,82
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	(1 170,05)	(1 255,47)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		69 633,79	17 100,35
Juros e rendimentos similares obtidos			
Resultado antes de impostos		69 633,79	17 100,35
Imposto sobre o rendimento do período	4-12	(5 101,22)	(1 252,70)
Resultado líquido do período	10	64 532,57	15 847,65

Lisboa, 19 de maio de 2022

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 7939





Demonstração dos resultados por funções para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
(+) Vendas e serviços prestados	17	257 357,50	214 435,00
(-) Custo das vendas e dos serviços prestados			
=			
Resultado bruto		257 357,50	214 435,00
(+) Outros rendimentos	7-17	34,60	630,18
(-) Gastos administrativos	15-16	(173 244,58)	(184 460,29)
(-) Outros gastos	5-7-18	(14 513,73)	(13 504,54)
=			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		69 633,79	17 100,35
=			
Resultados antes de impostos		69 633,79	17 100,35
(+/-) Imposto sobre o rendimento do período	4-12	(5 101,22)	(1 252,70)
=			
Resultado líquido do período	10	64 532,57	15 847,65

Lisboa, 19 de maio de 2022

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 7939



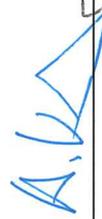


Demonstrações das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Rubrica	Notas	Fundos	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2020	10	89 680,86	19 664,08	109 344,94
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		19 664,08	(19 664,08)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19 664,08	(19 664,08)	15 847,65
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2020	10	109 344,94	15 847,65	125 192,59
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2021	10	109 344,94	15 847,65	125 192,59
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		15 847,65	(15 847,65)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		15 847,65	(15 847,65)	64 532,57
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2021	10	125 192,59	64 532,57	189 725,16

Lisboa, 19 de maio de 2022

A Direção




O Contabilista Certificado n.º 7939



Demonstração de fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em euros)

Rubrica	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e associados		238 072,49	238 395,19
Pagamentos a fornecedores		(139 386,40)	(140 942,58)
Pagamentos ao pessoal		(34 499,07)	(60 115,03)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2 224,50)	(18,20)
Outros recebimentos/pagamentos		(598,59)	(915,53)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		61 363,93	36 403,85
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Ativos fixos tangíveis			(1 357,08)
Investimentos financeiros			(120,25)
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Investimentos financeiros		120,25	
Juros e rendimentos similares			9,93
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		120,25	(1 467,40)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		61 484,18	34 936,45
Caixa e seus equivalentes no início do período		138 324,51	103 388,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período		199 808,69	138 324,51

Lisboa, 19 de maio de 2022

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 7939





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

m.

31.dezembro.2021

(Valores expressos em Euros)

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Instituto Português de Corporate Governance é uma Associação de direito privado, fundada em 15 de junho de 2004, pessoa coletiva com o número 506 665 909, com sede social na Avenida da Liberdade, n.º 196, 6.º piso, em Lisboa, que tem como objeto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as atividades adequadas a tal fim.

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo, aplicáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da atividade, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, de acordo com a NCRF para entidades do sector não lucrativo.

b) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, a quotização de associados e outros rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

c) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

Os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações e amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os ativos estão disponíveis para utilização, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada.

As taxas de depreciação e amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
Programas de computador	1 a 3
Equipamento administrativo	1 a 8

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros, contribuições para os FCT/FGCT, são contabilizados pelo seu justo valor.



M

e) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo ou ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Associados, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros ativos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Créditos a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal; e
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outros passivos correntes”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Os Associados com quotas em atraso de dois ou mais anos são integralmente provisionados, sendo as perdas por imparidade registadas na rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber”.

f) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

NOTA 4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54.º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis em vigor. De acordo com o número 3 do Artigo 11.º do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação as formações, os rendimentos suplementares resultantes da venda de publicações e dos juros obtidos de depósitos a prazo.

L. X

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações e amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2021

Rubricas	Ativos fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis
Ativos		
Saldo inicial	20 734,94	7 669,74
Aquisições	0,00	0,00
Saldo final	20 734,94	7 669,74
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	16 807,77	7 669,74
Depreciações e amortizações do exercício	1 170,05	0,00
Saldo final	17 977,82	7 669,74
Ativos líquidos	2 757,12	0,00

2020

Rubricas	Ativos fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis
Ativos		
Saldo inicial	19 377,86	7 669,74
Aquisições	1 357,08	0,00
Saldo final	20 734,94	7 669,74
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	15 552,30	7 669,74
Depreciações e amortizações do exercício	1 255,47	0,00
Saldo final	16 807,77	7 669,74
Ativos líquidos	3 927,17	0,00

A aquisição de ativo fixo tangível em 2020 corresponde à compra de SONICWALL FIREWALL SSL VPN para assegurar o regime de teletrabalho.

2021

2

Investimentos financeiros - Fundo Compensação Trabalho	
Ativos	
Saldo inicial	187,24
Aumentos / (diminuições)	-187,24
Aumento por justo valor	0,00
Saldo final	0,00

Os investimentos financeiros iniciais correspondem ao fundo de compensação da colaboradora que cessou o contrato em novembro de 2020. Por motivos de cessação do contrato, foi solicitado o reembolso, tendo sido recebido no decorrer do mês de março de 2021.

2020

Investimentos financeiros - Fundo Compensação Trabalho	
Ativos	
Saldo inicial	66,99
Aumentos / (diminuições)	120,25
Aumento por justo valor	0,00
Saldo final	187,24

NOTA 6 - CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2021, os movimentos de créditos a receber apresentavam-se da seguinte forma:

2021

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes	4 900,00		4 900,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	848,98	11 399,00	12 110,89	137,09
	5 748,98	11 399,00	17 010,89	137,09

Handwritten signature and mark.

2020

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes	0,00	4 900,00	0,00	4 900,00
Adiantamentos a fornecedores	78,74	1 200,00	429,76	848,98
Outros acréscimos de rendimentos	42,67	0,00	42,67	0,00
	121,41	6 100,00	472,43	5 748,98

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de clientes corresponde ao valor a receber, referente ao curso ministrado em maio de 2021.

NOTA 7 – ASSOCIADOS - ATIVO E PASSIVO E IMPARIDADE

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos com associados, apresentavam-se da seguinte forma:

Associados						
	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos						
Associados	16 150,00	7 000,00	9 150,00	7 934,99	1 250,00	6 684,99
Total do ativo	16 150,00	7 000,00	9 150,00	7 934,99	1 250,00	6 684,99

PASSIVO

Associados				
	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total
Passivos				
Associados	105,00	105,00	1 160,00	1 160,00
Total do passivo	105,00	105,00	1 160,00	1 160,00

IMPARIDADE

3

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31/12/2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	1 250,00	5 750,00	0,00	0,00	7 000,00
	1 250,00	5 750,00	0,00	0,00	7 000,00

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31/12/2020				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	15 450,00	0,00	-13 600,00	-600,00	1 250,00
	15 450,00	0,00	-13 600,00	-600,00	1 250,00

Em 21 de outubro de 2020, foi aprovado em reunião de direção, a regularização das quotas em atraso e o cancelamento automático da inscrição dos sócios que não demonstraram interesse em manter a sua filiação.

NOTA 8 – DIFERIMENTOS – ATIVO E PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Rendas e alugueres	2 161,25	2 152,00
Serviços especializados	2 115,93	3 883,98
Seguros	128,73	154,04
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	3 335,00	3 335,00
Material de Escritório	94,24	94,24
Descontos e abatimentos - Inscrições de Cursos	517,50	1 592,50
Outros	1 147,86	1 121,42
TOTAL VALORES ATIVOS	9 500,51	12 333,18
Ganhos a reconhecer		
Quotizações	5 200,00	0,00
Promoções para captação de recursos - Inscrições de Cursos	5 900,00	26 950,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	11 100,00	26 950,00

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Quotizações” inclui a quota de 2022 do sócio AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., no valor de 5 000 euros.

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Promoções para captação de recursos - Inscrições de Cursos” refere-se à 5ª edição do programa avançado para administradores não executivos que se realizou em maio de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, na mesma rubrica encontram-se registradas faturas referentes ao “Programa avançado para administradores não executivos” que realizar-se-á no decorrer de 2022.

NOTA 9 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Caixa	258,51	395,36
Depósitos à ordem	199 550,18	137 929,15
TOTAL	199 808,69	138 324,51

NOTA 10 – FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento nos Fundos Patrimoniais é apresentado na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Os Fundos Patrimoniais são constituídos pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidos dos custos do Instituto Português de Corporate Governance. De seguida é apresentada a sua evolução por anos:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1 300,00
Constituído no Exercício de 2005	20 281,72
Constituído no Exercício de 2006	30 032,90
Constituído no Exercício de 2007	46 135,61
Constituído no Exercício de 2008	-9 128,22
Constituído no Exercício de 2009	7 470,39
Constituído no Exercício de 2010	2 711,10
Constituído no Exercício de 2011	-40 479,65
Constituído no Exercício de 2012	4 712,36
Constituído no Exercício de 2013	-7 647,77
Constituído no Exercício de 2014	1 271,72
Constituído no Exercício de 2015	-25 286,16
Constituído no Exercício de 2016	21 378,18
Constituído no Exercício de 2017	20 923,36
Constituído no Exercício de 2018	16 005,32
Constituído no Exercício de 2019	19 664,08
Constituído no Exercício de 2020	15 847,65
Total dos Fundos	125 192,59
Resultado líquido do exercício de 2021	64 532,57
Total dos Fundos Patrimoniais	189 725,16

NOTA 11 - FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
GMTWO - Gestão Imobiliária e Consultoria	0,00	615,00
Deloitte Corporate Finance, S.A.	0,00	615,00
Outros Fornecedores	123,96	124,34
TOTAL VALORES PASSIVOS	123,96	1 354,34

NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – ATIVO E PASSIVO

2

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Retenções de Terceiros	0,00	18,20
TOTAL VALORES ATIVOS	0,00	18,20
IRC – Autoliquidação	4 111,22	1 252,70
Retenção IRS Trabalho Dependente	2 301,00	445,00
Retenção IRS Trabalho Independente	781,25	275,00
Retenção IRC Prediais	437,32	435,45
Contribuições Segurança Social	3 164,50	674,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	10 795,29	3 082,15

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “IRC – Autoliquidação” corresponde à estimativa de imposto corrente e a pagamentos por conta, nos montantes de 5.101,22 euros e 990 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto Português de Corporate Governance não apresenta dívidas em situação de mora.

NOTA 13 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Outros Passivos Correntes		
Honorários	225,00	307,50
Remunerações a pagar	3 669,00	3 570,18
Deslocações e Estadas	0,00	140,00
Trabalhos Especializados-auditoria	3 087,24	3 099,60
Trabalhos Especializados- Cursos	2 490,81	2 263,50
Outros	31,95	104,41
TOTAL VALORES PASSIVOS	9 504,00	9 485,19

L. X

NOTA 14 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Quotas dos associados	187 970,00	180 870,00
Promoção para captação de recursos	72 600,00	34 300,00
Descontos e abatimentos	-3 212,50	-735,00
TOTAL	257 357,50	214 435,00

Em 2020 por motivos da pandemia a direção decidiu repartir em 2 ações o curso do programa avançado para administradores não executivos. Assim, no que respeita à 5ª edição, a 1ª ação ocorreu em novembro de 2020 e a 2ª ação ocorreu em maio de 2021.

Durante o ano de 2021 decorreu em outubro a 6ª edição do “Programa avançado para administradores não executivos”.

NOTA 15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Trabalhos Especializados	71 968,81	59 218,75
Honorários	21 025,00	24 392,40
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	10 899,00	5 654,00
Material de Escritório	410,49	1 156,44
Artigos de oferta	599,90	0,00
Deslocações e Estadas	3 088,10	1 332,85
Rendas e Alugueres	26 135,68	32 086,25
Comunicação	2 348,19	1 572,60
Outros Serviços	1 234,04	851,68
TOTAL	137 709,21	126 264,97

Em 2021, relativamente à rubrica de “Trabalhos especializados” houve um crescimento que se deveu essencialmente ao facto da 5ª edição do “Programa avançado para administradores não executivos”, por motivos relacionados com a situação pandémica vivida, ter sido dividida em 2 ações, tendo a 1ª ação ocorrido em 2020 e a 2ª decorreu em 2021. Por outro lado, no ano de 2021 foi ainda realizada a 6ª edição do “Programa avançado para administradores não executivos”.



NOTA 16 - GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Remunerações do pessoal	23 719,00	44 745,12
Encargos patronais para a Segurança Social	6 845,68	8 773,12
Remunerações para férias e subsídio de férias	4 586,46	3 570,18
Seguro para Acidentes de Trabalho	240,99	423,05
Formação do Pessoal	0,00	270,00
Higiene, Segurança no Trabalho	108,24	297,66
Medicina no Trabalho	35,00	115,91
TOTAL	35 535,37	58 195,32

Os órgãos diretivos e sociais do Instituto, não auferem qualquer remuneração fixa, de acordo com os Estatutos do Instituto.

Em 2021 e 2020, a média de funcionários dependentes ao serviço do Instituto foi de 1 e 2, respetivamente.

NOTA 17 - OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Direitos de Autor	0,00	20,19
Correções de exercícios anterior	31,16	0,00
Outros não especificados	3,44	0,06
Juros obtidos de depósitos	0,00	9,93
TOTAL	34,60	30,18

NOTA 18 - OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Impostos (inclui IVA e S. Selo)	2 860,23	984,85
Dívidas Incobráveis	150,00	5 850,00
Correções relativas a períodos anteriores	1 000,00	1 473,54
Donativos	1 000,00	500,00
Quotizações	2 582,19	2 503,78
Insuficiência de estimativa para impostos	1,26	0,00
Multas e Penalidades	0,00	936,90
TOTAL	7 593,68	12 249,07

NOTA 19 – ENTIDADES RELACIONADAS

O Instituto Português de Corporate Governance não participa em qualquer entidade.

Informa-se que relativamente ao Programa Avançado para Administradores não Executivos 5.ª e 6.ª edição, foram docentes os membros dos Órgãos Sociais que a seguir referenciamos:

Da Direção

Professor Doutor António Gomes Mota (Presidente)

Doutor Alexandre Mota Pinto (Vogal)

Do Conselho Fiscal

Professor Doutor Manuel Ramos de Sousa Sebastião (Presidente)

Mais se informa que o Dr. Pedro Miguel Mendes (Vogal do Conselho Fiscal) é Partner da Deloitte Portugal, empresa auditora do IPCG. O antecessor Jorge Marrão renunciou ao cargo a 1 de março de 2021.

NOTA 20 – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2022 teve início uma operação militar realizada pela Federação Russa, que envolveu a invasão do território da Ucrânia, na sequência da qual vários países adotaram sanções económicas contra a Federação Russa que incluem, entre outros, a proibição de realizar transações ou transferências com entidades sediadas na Federação Russa e na Bielorrússia assim como com um conjunto de entidades identificadas nas referidas sanções. Neste contexto, o Instituto procedeu a uma avaliação das implicações que esta situação poderá ter na sua atividade, não tendo identificado impactos diretos para as suas demonstrações financeiras.

A extensão e o grau de severidade dos potenciais impactos indiretos futuros gerados pela invasão da Ucrânia, nomeadamente no que diz respeito ao impacto na economia e nos clientes e associados do Instituto resultante de efeitos como a subida de preços em diferentes áreas como a energia e os produtos alimentares, não são ainda determináveis. No entanto, conforme referido na Nota 3 a), com base em toda a informação disponível à data, a Direção considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

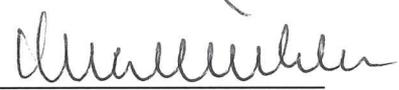
NOTA 21 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Direção em 19 de maio de 2022.

Lisboa, 19 de maio de 2022

A Direção





O Contabilista Certificado n.º 7939

